



ISSN: 2176-5960

Προμηθεύς
Journal of Philosophy



n. 48 Maio- Agosto de 2025

A CATEGORIA DE NACIONALIDADE NO SUL GLOBAL

Gabriel Luiz Campos Dalpiaz¹

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Kauê Barbosa de Oliveira Lopes²

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo explicar a importância da categoria de nacionalidade no Sul Global, tomando como referência principal a obra *Consciência e realidade nacional* (vols. 1 e 2) de Álvaro Vieira Pinto (1907-1987). Nela, categorias como consciência ingênua, consciência crítica, trabalho, projeto e nacionalidade são fundamentais para a compreensão da totalidade, sendo a dialética o raciocínio lógico que orienta seu desenvolvimento. Considera-se que, nos séculos XX e XXI, a nação foi entendida como via de emancipação; contudo, os países do Sul Global sofreram e ainda sofrem barreiras que os impedem de se consolidar como potências industriais, o que repercute negativamente nas relações sociais de produção e na qualidade de vida da população. Assim, o estudo focou em quatro objetivos específicos: 1) compreender a inteligibilidade das categorias e conceitos; 2) analisar o surgimento da consciência nacional; 3) apontar as contradições entre nacionalismo e imperialismo; e 4) identificar as razões pelas quais a nação se apresenta como um vir-a-ser.

PALAVRAS-CHAVE: Álvaro Vieira Pinto. Categoria. Nacionalidade. Sul Global. Imperialismo.

ABSTRACT: This research aims to explain the importance of the category of nationality in the Global South, taking as its main reference Álvaro Vieira Pinto's work *Consciência e realidade nacional* (vols. 1 and 2) (1907–1987). In it, categories such as naïve consciousness, critical consciousness, labor, project, and nationality are fundamental to understanding totality, with dialectics serving as the logical reasoning that guides their development. It is argued that, in the 20th and 21st centuries, the nation has been understood as a path to emancipation; however, the countries of the Global South have faced-and continue to face-barriers that prevent them from consolidating themselves as industrial powers, which negatively impacts both social relations of production and the quality of life of local populations. Accordingly, the study focused on four specific objectives: 1) to understand the intelligibility of categories and concepts; 2) to analyze

¹ Mestrando e graduado em Filosofia (2024) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail para contato: gcamposdalpiaz@gmail.com

² Mestrando e graduado em Filosofia (2024) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail para contato: lkaue184@gmail.com

the emergence of national consciousness; 3) to highlight the contradictions between nationalism and imperialism; and 4) to identify the reasons why the nation is conceived as a becoming.

KEYWORDS: Álvaro Vieira Pinto. Category. Nationality. Global South. Imperialism.

I. Introdução

O presente trabalho aborda a categoria de nacionalidade no Sul Global, tomando como referência a dialética de Álvaro Vieira Pinto (1907-1987). Obviamente, seria anacrônico afirmar que o filósofo brasileiro relacionou nacionalidade com a noção de Sul Global, conceito próprio do século XXI. Em sua época, utilizava-se o termo países subdesenvolvidos, que, em grande medida, corresponde ao que hoje se entende por essa designação na divisão internacional do trabalho.

Adotou-se a metodologia exploratória, com base bibliográfica nas obras de Álvaro Vieira Pinto, especialmente *Consciência e realidade nacional* (vols. 1 e 2), nas quais são discutidas categorias como consciência ingênua, consciência crítica, trabalho, projeto e nacionalidade, entre outras.

Embora a categoria nacionalidade seja o tema central deste artigo, é o trabalho que se apresenta como a categoria fundante da teoria filosófico-política de Vieira Pinto. É por meio dela que o homem se objetiva, transforma o real concreto e nele se integra. Para inserir-se no meio social, o homem adere a uma consciência nacional, que surge de forma embrionária em formações sociais mais simples, como aldeias, clãs ou a própria família. Essa consciência adquire consistência quando a consciência individual, para se efetivar como verdade, precisa ser socializada. Nesse momento ocorre a universalização da categoria nacionalidade (PINTO, 1960a; PINTO, 1960b).

Posteriormente, com o advento do capitalismo no mundo moderno, emergiram revoluções liberais que enfatizavam a transformação do poder político e da administração pública. De realidades provinciais, tornou-se necessário o surgimento dos Estados nacionais.

No modo de produção dominante atual, o capitalismo, novas contradições se intensificaram, sobretudo: imperialismo e nacionalismo. Nações do Sul Global, ao buscar sua emancipação, ainda que pela via capitalista, encontram barreiras impostas pelas potências imperialistas. Vieira Pinto identificou esse movimento e desenvolveu uma ampla teoria filosófica sobre a questão nacional³.

³ Álvaro Vieira Pinto desenvolveu sua teoria no auge do período Desenvolvimentista no Brasil, especialmente durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Este momento foi marcado por um projeto de rápida industrialização (Plano de Metas) e por um latente otimismo nacional em relação à

Este trabalho concentra-se em quatro objetivos específicos: 1) compreender a inteligibilidade das categorias e conceitos; 2) analisar o surgimento da consciência nacional; 3) apontar as contradições entre nacionalismo e imperialismo; e 4) identificar as razões pelas quais a nação se apresenta como um vir-a-ser.

II. À inteligibilidade das categorias e dos conceitos

À inteligibilidade das categorias e dos conceitos é entendida de maneira dinâmica pelo processo da totalidade entre a razão e o real. Para compreender essa mediação entre o real e a razão, Vieira Pinto recorre à dialética em detrimento à metafísica-formal. Para o filósofo brasileiro a dialética está dividida em três partes: gnosiológico, lógico e epistemológico. O primeiro atribui a organização das ideias e como elas se relacionam mutuamente; o segundo é o estudo da estrutura de como essas ideias emergem pelas operações do pensamento; o terceiro é como de fato a ciência se realiza no ato concreto, como compreensão da natureza dos fenômenos (PINTO, 1979, p. 67-69). O entendimento dessa divisão é importante em como as categorias e os conceitos são inteligíveis em sua totalidade.

Porém, a discussão sobre a inteligibilidade sobre as coisas, já ocorria há mais de 2 mil anos. No diálogo platônico *Parmênides*, o eleata Parmênides diz a Sócrates que o escravo existe porque há o senhor e vice-versa, um existe em relação ao outro. Porém, o escravo em si e o senhor em si, existem de maneira independente, o caráter relacional está apenas no mundo efêmero e não no mundo inteligível – do próprio conceito (PLATO, 1997). A dialética dos eleatas mesmo sendo algo embrionário, não deixa de ser interessante, trazendo o caráter relacional como meio de compreender a identidade através do princípio da não contradição. Em *Anotações sobre Hegel*, Vieira Pinto afirma que Kant, com as suas antinomias da razão, torna um empecilho para o movimento totalizante da razão sobre a essência do objeto. A contradição dos eleatas está presente em Kant. Não obstante, o filósofo brasileiro menciona que a dialética como forma de a razão superar as contradições, já estava presente em Platão, revelando a ironia socrática

possibilidade de superar o subdesenvolvimento. Desse modo, instituições como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), “Empenhado na obra de emancipação cultural do País” (PINTO, 1960a, p. 7-8), do qual Vieira Pinto era um dos principais expoentes, foram criadas com o objetivo de formular uma ideologia de desenvolvimento que pudesse estruturar o processo de transformação nacional.

como um meio de fazer com que o adversário admita como verdadeiro aquilo que negava, superando o imediato (PINTO, 1961).

Logo, na dialética as categorias e conceitos não são algo estático, dado pela realidade de maneira a-histórica, mas se realizam ao longo da mediação pela consciência. Porém, essa mediação está ancorada no ato do homem de se inserir objetivamente no real. O filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel desenvolveu de maneira rigorosa o método dialético para a compreensão sobre os fenômenos, que não deixam de ser históricos e transformado pelo homem.

Percebendo que a realidade é caótica e mutável, viu que no desenvolvimento da história, o homem mudava a si e ao meio por meio de uma categoria central: o trabalho (*Arbeit*). Em sua obra *Fenomenologia do Espírito (1807)*, utiliza o exemplo do escravo e do senhor. O escravo aliena-se pelo trabalho. Já o senhor não produz, logo não percebe de fato a modificação do meio, somente consome a coisa (*Ding*) já realizada. Esta diferença é crucial, pois Hegel aponta que o trabalho é por onde a consciência se objetiva, transforma a natureza e a si mesma, além de a coisa ser a mediação entre a sua consciência e o mundo. O escravo da forma (*Form*) ao mundo e a sua subjetividade. Essa forma é a impressão no mundo posta por meio do trabalho do escravo. A mudança do meio ocorre, a realidade é mutável.⁴ Aqui há um elemento crucial, de uma consciência de si (apenas parcial), que se vê no mundo e que pode ir além, por mudar a forma do mundo, para uma consciência para si (autoconsciência, em busca da liberdade efetivada no plano material).⁵

Logo, o senhor e o escravo são opostos que se sustentam não apenas de maneira relacional, efêmera e imediata, mas existem na própria mediação de ambos. Em que as contradições e as negações são os motores da inteligibilidade sobre o próprio conceito. Aquilo que faz o escravo ser o escravo é a condição de existir o senhor e vice-versa, mas não somente de maneira imediata. Há toda uma relação social de produção que existe como mediadora dessa relação. Em que um produz e o outro se apropria.

Conforme, Álvaro Vieira Pinto o ser só pode ser pensado a partir de sua mediação com o outro. É necessário negar o imediato para que a essência do objeto

⁴ Sobre esse parágrafo, ver o capítulo *Independência e dependência da consciência-de-si: dominação e escravidão* do livro *Fenomenologia do Espírito* de Hegel (2014).

⁵ A consciência-de-si a uma consciência-para-si é a base de como Vieira Pinto elabora a consciência ingênua e a consciência crítica. Conforme Dalpiaz (2025), para Vieira Pinto a consciência ingênua atribui “o real aquilo que se percebe de maneira imediata e intuitiva, sem a mediação da razão. Já a consciência crítica, ao contrário, exige essa mediação para a compreensão da totalidade. Nesse movimento dialético, o homem se insere no mundo e o transforma por meio do trabalho”.

possa emergir e ser ao mesmo tempo fenômeno e essência. Isso aparece no processo da consciência. A consciência em si, ainda vazia e imediata, percebe empiricamente sua diferença e, ao reconhecer essa alteridade (o outro, o não Eu) o Eu se constitui como consciência de si. A partir dessa mediação, a consciência se eleva e torna-se consciência para si. Dessa forma, os opostos não se anulam, mas se integram em uma unidade viva e contraditória, que move o real e o pensamento. O real, o conceito só é aquilo que é absorvido pela razão, aquilo que não é, é apenas aparência (PINTO, 1961).

Sobre a contradição ser necessária para a inteligibilidade do conceito, observe quando um cientista social se depara com a característica histórico de um modo de produção determinado, como o do Brasil. Por mais de 300 anos de sua história teve uma relação social de produção pré-capitalista, como a mão de obra escravizada. Porém, em sua forma externa, nas relações comerciais com os demais países, estava alinhado à lógica capitalista, baseada na lei do valor. O modo de produção dominante no Brasil, por mais que é o capital, ainda possui historicamente diversas relações de produção, como capitalista e pré-capitalista concomitantemente, contraditórias que não se anulam, mas dão forma a uma nova unidade. Há um princípio de dualidade atuante no Brasil.

Conforme o economista Ignácio Rangel, “o princípio da dualidade, isto é, a combinação de relações de produção heterogêneas, para compor um só e mesmo modo de produção complexo ou dual” ([1978] 2005, p. 634).

Para os cientistas metafísicos-formais, essa dualidade pode ser um empecilho para compreender o conteúdo do conceito. De uma maneira excessiva utilizam as contradições como opostos, que não podem coexistir em uma mesma realidade. O problema dessa concepção é que partem de um conceito definido para aplicar ao objeto de análise, enquanto a dialética parte do objeto para dizer sobre o conceito. Há uma inversão entre os metafísicos-formais e os dialéticos. O primeiro grupo já trata de uma epistemologia pronta, com categorias do entendimento *a priori*, que se baseia em uma formalização a-histórica para dizer sobre a natureza do real. Enquanto a dialética parte da natureza do real para elaborar a sua epistemologia, evidenciando a dinâmica das próprias categorias.

A razão em busca da inteligibilidade desse novo objeto, medeia todo o processo para conhecer seus fundamentos mais gerais. Nesta viagem ao absoluto, o conhecimento desdobra-se e torna-se inteligível à medida que o objeto e conceito são efetivados e ganham corpo. Assim, emerge um conceito para compor um valor semântico de uma realidade concreta e particular.

Contudo, tornar enunciado não é o processo definitivo. Talvez do cientista seja, mas não do filósofo. Enquanto o cientista está preocupado com a particularidade, pois na maioria dos casos adquire apenas o conhecimento técnico da coisa; já o filósofo deve olhar ao universal. O cientista volta-se para a parte; o filósofo para a totalidade. A importância disso se dá em não dar a parte pelo todo. No sentido de que um enunciado inteligível é apenas parte histórica de uma realidade em transformação.

Conforme Vieira Pinto (1979, p. 75),

Não é admissível portanto a desvinculação e o desconhecimento recíproco entre o homem de ciência e o pensador filosófico, pois um não existiria sem o outro. Se um trabalha no particular, com o fim de fornecer elementos de verdade para que o outro descubra, sistematize e exponha a racionalidade da totalidade, inversamente este segundo trabalha no plano de universalidade com o intuito de revelar as razões gerais que condicionam os fenômenos singulares.

O filósofo adquirindo a história como ferramenta empírica, percebe que a categoria pode ser efetivada a conceito, e ali se estabelece até o seu esgotamento. Como nas próprias ciências da natureza, diversas teorias são tidas como universais, mas apenas explicam fragmentos da realidade. Neste caso, a categoria nacionalidade é parte de uma totalidade, em que seu conhecimento e desdobramento é uma possibilidade de uma mudança de mundo.

III. O surgimento da consciência nacional

A consciência nacional, em sua forma crítica e transformadora, não é uma criação intelectual abstrata, concebida por um círculo de pensadores e depois concedida a uma nação. Não se trata de um sentimento vago que emerge espontaneamente do espírito de um povo. Para Álvaro Vieira Pinto, o surgimento da consciência nacional é, antes de tudo, um produto histórico inevitável, um fenômeno que surge dialeticamente das transformações nas bases materiais de uma sociedade. Ela não é uma ideia que precede a realidade, mas uma nova forma de pensar que a própria realidade, em seu movimento, exige e produz.

No processo de gênese da consciência nacional, ela nasce ancorada no real concreto. Para compreendermos melhor as asserções de Álvaro Vieira Pinto, abordaremos a matriz dessa gênese: em um primeiro momento, é preciso analisar como a ruptura na realidade econômica, especificamente a transição de uma sociedade agrária

e dependente para uma industrial força o aparecimento de uma dualidade de modos de pensar. Em seguida, é necessário identificar os suportes sociais dessa nova consciência, para que seja possível discorrer como as massas trabalhadoras, por sua inserção direta no processo produtivo, constituem a vanguarda da produção da consciência nacional. Por fim, detalharemos o mecanismo pelo qual a prática social coletiva forja e consolida essa nova mentalidade, que se torna, ela mesma, um projeto de futuro. Como veremos, as novas condições materiais forçaram o surgimento de um novo pensamento, mais objetivo e sistemático, que procede diretamente dessas condições. Este é o começo do processo histórico de formação da consciência crítica nacional.

O ponto de partida para o surgimento de uma nova consciência é uma ruptura objetiva na realidade econômica do país. Vieira Pinto é categórico ao afirmar que a consciência crítica “Não é produto da iluminação de um espírito pessoal”, mas sim “da etapa a que atingiu a evolução da realidade nacional” (1960b, p.11). A causa primária, portanto, não está no plano das ideias, mas no chão da fábrica, nas novas relações sociais que a industrialização impõe. Assim, a transição de uma sociedade de base agrária e semicolonial⁶ para uma de base industrial e capitalista é o evento histórico que altera fundamentalmente os suportes materiais do seu modo de subsistir. Assim, a comunidade não apenas passa a consumir e a produzir coisas diferentes, mas também é forçada a pensar de maneira diferente. Essa mudança material segundo o filósofo se trata de uma “transmutação radical, que obrigue a consciência a reformular o sistema de ideias de que se servia para compreender o seu objeto” (1960b, p. 27). A antiga consciência, que via a nação como uma substância estática e imutável, torna-se inadequada. A nova realidade, dinâmica e contraditória, exige ser compreendida como processo, como algo em constante devir.

A consequência mais imediata dessa transformação material é a criação de uma profunda cisão na sociedade. Como afirma Vieira Pinto, “o processo real, por sua necessidade imanente, conduziu a este momento onde começam a se configurar os moldes de um pensamento sistemático” (1960b, p. 11). Esse novo pensamento, ancorado no contexto empírico, não é universalmente aceito. Pelo contrário, ele gera uma dualidade de modos de pensar que separa os membros da comunidade em dois

⁶ Para Vieira Pinto uma nação semicolonial “Não sendo realmente um ser para si, mas um ser para outro, aquele que o domina e espolia” (1960b, p. 73). Nesse sentido, a nação semicolonial é aquela que, apesar de ter uma certa independência política formal, não existe para si mesma. Sua economia, cultura e organização social como um todo funcionam em benefício de uma potência externa que a domina e a explora.

grupos: de um lado, temos aqueles que se beneficiam e impulsionam as novas transformações; de outro, há um campo antagônico, que se vê ameaçado em seus interesses e valores ligados à velha ordem (1960b). A sociedade, antes aparentemente coesa sob uma consciência ingênua, agora se vê fragmentada por um conflito de visões de mundo que reflete um confronto de interesses em sua base material.

Nesse novo cenário, surge uma consciência crítica que não é uma entidade abstrata, ela se encarna em grupos sociais específicos que são os protagonistas do novo processo produtivo. Vieira Pinto identifica claramente esses agentes como “os homens de empresa, descomprometidos com o capital estrangeiro, e as massas trabalhadoras” (1960b, p. 11). É fundamentalmente a partir das massas, no entanto, que a forma mais autêntica de consciência emerge.

Isso ocorre porque a própria condição de vida das massas lhe força a uma relação objetiva com a realidade. Enquanto as elites podem se dar ao luxo de um pensamento idealizado e abstrato, a massa está a todo momento imersa na concretude do mundo material. Ela já possui, portanto, uma “postura crítica, apenas iletrada” (1960b, p. 17). A massa “acredita que as coisas existem como lhe aparecem e sabe que a modificação, para melhor, do seu regime de vida [...] depende da alteração das condições materiais e dos procedimentos de intercâmbio social” (1960b, p. 27). A sua consciência é crítica no sentido filosófico do termo: ela parte do princípio da objetividade, da concretude do real.

Dessa maneira, na análise de Álvaro Vieira Pinto, é o trabalho o catalisador que transforma essa percepção prática em consciência. “O operário que executa uma obra utilizando-se de materiais e ferramentas está pondo em prática uma consciência objetiva, crítica, da realidade” (1960b, p. 18). Ao transformar o mundo, o trabalhador é forçado a compreender suas leis objetivas.

Essa consciência, inicialmente individual, busca confirmação e se torna coletiva. Como o próprio autor aponta, a percepção não é um ato solitário: “Não me é possível ver o mundo sozinho, porque, se tal acontecesse, minha compreensão seria indeterminada, sem critérios de verdade, sem confirmação; preciso que outros o vejam como eu vejo” (1960b, p. 302). É na partilha das mesmas condições de trabalho e de vida que as consciências individuais se encontram, se reconhecem e formam uma consciência de classe, o embrião da consciência nacional. Por estarem na linha de frente da transformação material, as massas são, para Vieira Pinto, “o contingente natural do pensar crítico, na sociedade em emergência histórica” (1960b, p. 18).

O mecanismo concreto que forja a nova consciência é a prática social. Não se trata de uma simples atividade, mas da ação coletiva e transformadora que o processo de desenvolvimento exige. Vieira Pinto contrasta a “práxis [...] rotineira e entorpecente da consciência crítica” da sociedade agrária estagnada com a nova fase, que força a comunidade a adotar “novas atitudes práticas às condições emergentes” (1960b, p. 20).

Dessa forma, a consciência nacional emerge quando a comunidade começa a se perceber como uma totalidade coesa, com interesses comuns. Esse processo é descrito de forma precisa pelo filósofo:

A consciência da realidade exige, nas condições históricas atuais, o parcelamento necessário da comunicação, determinando que uma parte apenas dos homens formem em comum comigo aquilo que é a “nossa” consciência. Temos aí a raiz da “nacionalidade” (1960b, p. 302-3).

Essa nossa consciência não surge de uma identidade abstrata, mas de “um conjunto de relações objetivas, como sejam, identidade de origem, igualdade racial, área linguística, mas sobretudo interesses econômicos” (1960b, p. 306).

É a defesa desses interesses comuns que leva a comunidade a se institucionalizar como nação. Nesse momento, a prática social ganha seu significado mais profundo. Ela deixa de ser apenas trabalho para a subsistência e se torna a construção de um projeto. A consciência crítica compreende que a nação não é um fato consumado, mas uma tarefa a ser realizada. Como afirma Vieira Pinto,

Constitui-se a nação como projeto porque tal ideia não é simples imagem imóvel, mas simultaneamente fonte de ações concretas sobre o real. [...] Não significa isto deduzir do pensamento a realidade, mas da realidade um pensamento que é ao mesmo tempo instrumento de ação transformadora dessa mesma realidade (1960b, p. 304).

A prática das massas, portanto, não é apenas um reflexo do desenvolvimento; ela é o próprio ato de criar a nação. Dessa maneira, a nova consciência, uma vez formada, não permanece como apenas um reflexo da realidade. Ela se torna, ela mesma, uma força material, uma ideologia que “intervém ativamente no processo objetivo, acelerando-o ou retardando-o” (1960b, p. 42). A luta, portanto, deixa de ser apenas econômica e passa a ser também uma luta de ideias, uma luta por projetos.

No entanto, merece ser enfatizado que a consciência nacional emergente, ao formular seu projeto de desenvolvimento autônomo, encontra seu principal obstáculo não apenas na resistência interna das velhas elites, mas também na força externa com a qual essas elites frequentemente se aliam: o imperialismo. A dualidade interna, gerada

pelo processo de desenvolvimento, revela-se, assim, como a expressão de uma contradição maior, de caráter internacional. O conflito pelo futuro da nação torna-se, inevitavelmente, um confronto entre Nacionalismo e Imperialismo.

IV. Nacionalismo e imperialismo

O surgimento da consciência nacional, como exposto, não é um evento pacífico, mas uma ruptura histórica que divide a sociedade e reorienta seu modo de pensar. Uma vez que essa nova consciência crítica emerge das bases materiais da nação em desenvolvimento, ela inevitavelmente se constitui como um projeto de futuro. Contudo, esse projeto não se desenrola no vazio; ele se depara imediatamente com uma força antagônica, um contraprojeto que visa a anular suas aspirações de autonomia. A luta pelo desenvolvimento nacional é, portanto, a expressão de um conflito fundamental. Para Álvaro Vieira Pinto, este conflito define a própria existência dos países do Sul Global: a luta dialética entre Nacionalismo e Imperialismo.

Com isso em mente, iremos analisar essa contradição central. Longe de serem meras doutrinas políticas, Nacionalismo e Imperialismo são, para Vieira Pinto, projetos históricos totais, expressões de consciências opostas que disputam a direção do processo de uma nação. Dessa forma, primeiramente, é importante definirmos o conflito como a contradição principal que subordina as demais tensões sociais. Também é necessário compreender o *modus operandi* do imperialismo e expor como ele atua não apenas como uma força externa, mas por meio de agentes internos. Além disso, merece ser enfatizado a forma como o nacionalismo se apresenta como a expressão da consciência crítica em ação. Por fim, vale analisar o conceito original de *bicontraditoriedade*, que esclarece a especificidade da luta de classes no contexto semicolonial.

Para compreender a dinâmica de uma sociedade subdesenvolvida, é preciso identificar qual a contradição que, em determinada fase do processo, se torna a principal, subordinando as demais. Vieira Pinto, utilizando o método dialético, afasta-se de uma visão dogmática que reduziria todo conflito à luta de classes. Ele argumenta que, para o país em fase de superação do subdesenvolvimento, a contradição fundamental é outra:

Já no país subdesenvolvido, onde a contradição principal é representada não pela diversidade de classes, mas pelo estado geral, subdesenvolvido, da nação, de um lado, e o comportamento imperialista das nações desenvolvidas com as

quais se relaciona, de outro, a criação ideológica exprimirá, não a base de classe, mas uma base de nação (PINTO, 1960a, p. 35).

Isso significa que o conflito central opõe a nação como um todo, em seu esforço para se libertar, às forças imperialistas que buscam manter a dependência. A luta de classes interna, embora real e importante, torna-se secundária neste momento histórico. A consequência prática dessa análise é crucial: classes que, em outras circunstâncias, seriam antagônicas, como a burguesia industrial nacional e o proletariado, encontram um terreno comum de interesses. Ambas são oprimidas pela dominação estrangeira e, portanto, podem se unir temporariamente para lutar pela emancipação nacional. A ideologia que surge dessa luta, o nacionalismo, não é, portanto, a ideologia de uma classe particular, mas “[...] o pensamento pelo qual o grupo humano situado nesse polo [o da nação] exprime, com maior ou menor clareza de consciência, a sua percepção de estar em contradição com o outro polo” (PINTO, 1960a, p. 35).

Um dos erros da consciência ingênua é perceber o imperialismo apenas como uma força externa. Para Vieira Pinto, sua atuação é mais sutil e eficaz, pois ele opera dentro da nação dominada, por meio de aliados locais. A dominação não se sustenta apenas pela força, mas pela cooptação de setores da elite nacional que se tornam seus porta-vozes. Para o filósofo “Tem de haver uma classe, pertencente de direito à sociedade do país dominado, que represente o papel de emissário, de cônsul, dos interesses estrangeiros e atue em rigorosa concordância com as ordens recebidas de fora” (PINTO, 1960b, p. 81).

Esses *agentes internos* podem ser economistas que defendem a abertura irrestrita ao capital estrangeiro, intelectuais que desprezam a cultura nacional em favor da metropolitana, ou políticos cuja prática favorece os interesses das potências dominantes em detrimento do desenvolvimento autônomo. Eles atuam, consciente ou inconscientemente, como a vanguarda do projeto imperialista, disseminando uma ideologia que apresenta a dependência como inevitável ou até benéfica. O imperialismo, assim, não é apenas um projeto econômico de espoliação, mas também um projeto ideológico que visa a “mascarar a luta real entre as classes e a constituir, portanto, um artifício [...] de ocultação dos verdadeiros interesses em choque” (PINTO, 1960a, p. 37). Ele promove uma consciência ingênua e alienada, que vê o capital estrangeiro como uma espécie de ajuda e o desenvolvimento nacional como um reflexo do dinamismo do centro dominante.

Em oposição direta ao imperialismo, ergue-se o nacionalismo. No entanto, Vieira Pinto faz uma distinção fundamental entre o nacionalismo autêntico, produto da consciência crítica, e suas falsificações. O nacionalismo verdadeiro não se confunde com o *ufanismo*⁷, que é uma forma de consciência ingênua, um otimismo beato que se satisfaz com as riquezas potenciais do país e, por se contentar com o sonho, “acaba por dispensar sua realização efetiva” (PINTO, 1960a, p. 369).

O nacionalismo crítico, ao contrário, é eminentemente prático e realista, para Vieira Pinto, a “autoconsciência que a sociedade brasileira tem da exigência de projetar o seu desenvolvimento” (PINTO, 1960a, p. 35-6). Não é um sentimento, mas uma teoria da realidade e um projeto de transformação. Sua função é analisar as contradições objetivas do país para formular as estratégias de sua superação. Ele não nega as dificuldades, mas as encara como tarefas a serem vencidas.

Enquanto a ideologia imperialista busca coisificar o atraso, apresentando-o como uma condição natural e imutável, a ideologia nacionalista o compreende como um estado histórico a ser superado. O nacionalismo é, portanto, a consciência que assume a história como um campo de possibilidades aberto à ação humana. É a decisão coletiva de uma nação de deixar de ser objeto da história alheia para se tornar sujeito de sua própria história.

Para aprofundar a análise da relação entre a luta de classes e a luta nacional, Vieira Pinto desenvolve o conceito de *bicontraditoriedade*. Ele argumenta que o trabalhador de um país subdesenvolvido, ao se confrontar com o capital estrangeiro ou seus associados locais, vive uma dupla relação de oposição:

Com efeito, de um lado existe a relação normal de contradição entre esses extremos pelo simples motivo de serem classes antagônicas; mas, de outro lado, há uma segunda contradição entre elas, independente da primeira [...] pelo fato de ser o aludido setor patronal agente de uma outra classe, os detentores do capital estrangeiro, localizada fora do país (PINTO, 1960b, p. 99).

O trabalhador, portanto, está em conflito com seu patrão por duas razões distintas e simultâneas: primeiramente, porque ele é um capitalista (contradição de classe), mas também porque ele é um agente do interesse antinacional (contradição nacional). Para Vieira Pinto, a resolução da segunda contradição, a nacional, tem prioridade histórica. A luta para expulsar o domínio estrangeiro e consolidar um

⁷ *Ufanismo* é um orgulho exagerado e acrítico em relação ao próprio país. Para saber mais, ver Vieira, Maurey e Araújo (2023) comentam sobre o ufanismo na ditadura militar brasileira.

capitalismo nacional autônomo é a tarefa imediata. A superação dessa contradição principal cria as condições para que, numa fase posterior, a luta de classes possa se dar em um terreno nacional autêntico, sem a interferência e a distorção causadas pela dominação externa. A luta nacionalista é, assim, uma etapa necessária no caminho da emancipação social completa.

O antagonismo entre nacionalismo e imperialismo é, para Álvaro Vieira Pinto, o ponto principal da história contemporânea no Sul Global. Não se trata de um mero conflito de interesses econômicos, mas de uma luta entre dois projetos de mundo, duas ideologias, duas consciências. O imperialismo, com sua consciência ingênua e alienada, busca perpetuar a dependência e apresentar a história como um destino imutável. O nacionalismo, expressão da consciência crítica, compreende a história como um processo aberto à transformação e a nação como um projeto a ser construído.

Essa luta define a própria essência da nação subdesenvolvida. Ela não é uma entidade pré-existente, um fato dado, mas uma possibilidade que se forja no calor desse conflito. A nação não é, ela se torna. É nesse processo de luta contra a força que a nega que a nação se constrói e se afirma. Por isso, a nação é, por natureza, um vir-a-ser, um projeto em constante construção.

V. A nação como vir-a-ser

Para Vieira Pinto, engana-se quem acredita que ontologia e metafísica não são áreas relevantes para abordar o objeto conceitualmente na dialética. Nesse sentido, em oposição à filosofia da existência (praticada pelos fenomenólogos-existenciais), Vieira Pinto afirma que essa corrente filosófica se ocupa apenas de categorias abstratas, entendidas como universais e a-históricas. Em contraste, o filósofo brasileiro enfatiza a dialética como instrumento para compreender as categorias de forma concreta. Para tanto, recorre ao caráter social e político, considerando-os tão importantes para a metafísica do ser, sem perder, contudo, o rigor da análise dialética. “Não se diga que fazemos confusão, introduzindo arbitrariamente o caráter sociológico ou político em questão que, por essência, é de ordem ontológica, pois se refere às características metafísicas do ser do homem” (1960a, p. 66).

Com isso, a sua metafísica sobre o ser do homem, recorre à categoria trabalho como condição central para a transformação do mundo físico e social – como já comentado anteriormente. Mas, para que haja trabalho, é necessário recorrer à categoria

atividade, esta que é explorada pelo ato de projetar uma realidade alternativa. No campo social, a categoria atividade é o instrumento necessário que media a construção da nação, assim como a nação aparece como mediadora à totalidade exterior.

As categorias que são parte de um todo histórico no campo social, fazem emergir a noção de nação, esta que de maneira abstrata, representa um conjunto que abarca um povo composto por uma ou mais etnias, que reivindicam um território como soberano para sua manifestação étnico-cultural. Essa descrição está presente em qualquer nação histórica, desde os tempos antigos até o seu possível fato consumado.

Mas, para a compreensão que emerge como um real concreto é necessário a consciência crítica, essa do entendimento do real. As categorias fundamentais acerca do ser, deixam de ser meramente abstratas, entidades em-si, sem sintonia com o mundo em que as partes são fragmentos isolados do todo, mas são analisadas e manuseadas de maneiras projetadas.

Para Vieira Pinto (1960b), “A nação não existe de fato, mas como projeto” (p. 199), isso quer dizer que a comunidade pretende, em seu sentido literal, ser aquilo que não é no presente. Pois, o fato é ser algo já consumado, coisa que a nação, como categoria histórica, não é, está em constante mudança (1960b). Nesse projeto configura-se o devir, o vir-a-ser. Elementos como o ser em movimento é a base da filosofia de Vieira Pinto.

Mas ao contrário, quem adere à estaticidade sobre o conceito, um pressuposto filosófico a-histórico, não reconhece a capacidade da mudança. Essa visão de mundo é comum em filosofias que trabalham com as categorias definidas em sua essência. Indiretamente ou diretamente, acabam sendo idealizadores, por já definirem uma hipótese final – que geralmente nas ciências sociais é um freio à evolução socioeconômica nos países do Sul Global. Esta atitude pode ser reacionária por negligenciar o sujeito em sua totalidade histórica, trabalhando-o de maneira abstrata.

Por já lidarem com categorias e conceitos previamente definidos, é comum, no campo ético-político, que se apontem particularidades das características humanas em épocas de conflito, tomando-as como determinantes da totalidade do homem, entendido, assim, de forma a-histórica. Em geral, tais definições reduzem o ser humano a uma natureza má e conflituosa, de modo que qualquer ação orientada à justiça social é considerada, de forma ingênua, como impossível.

Sobre isso, Vieira Pinto afirma que o filósofo do país periférico, como o do Brasil, deve romper com essa visão, a qual denomina finitismo.

Faltou, porém, ao Brasil, para entender-se a si mesmo, aquilo que Leibnitz chamava o ponto de vista do infinito. Nosso ponto de vista sempre foi o do finito, ou porque o observador não se interessava senão por algum aspecto parcial da nossa realidade, e nele esgotava a capacidade de análise e compreensão, ou porque – e isto é mais grave –, mesmo quando tentava abranger o conjunto da realidade brasileira no espaço mundial e no tempo histórico, o fazia segundo a simples e elementar perspectiva das correlações geográficas e da história meramente descritiva. Faltou-lhe o instrumento conceitual indispensável, que só a compreensão filosófica poderia ter proporcionado, permitindo transcender o plano em que se situava e ultrapassar o finitismo de sua visão (PINTO, 1960c, p. 13).

No centro dominante, no imperialismo, a filosofia da existência recorre a discutir sobre o Nada. A abundância material e espiritual, com as condições de nacionalidade praticamente consumadas, corrobora com isso. Para Vieira Pinto, os países do centro cultural dominante “tem-se ocupado até agora, entre outros temas, em especular sobre o Nada, o que evidencia não estar interessada em coisa alguma e muito menos em modificar a situação real do homem” (1960a, p, 65).

Enquanto o filósofo da periferia global não vive esta realidade, logo possui diante de si não o Nada, mas o Tudo. Deve prover as mudanças diante das contradições existentes que se mostram como síntese no Tudo.

Porque só fazendo o que precisa fazer, é possível ao homem, e mais particularmente ao homem, e mais particularmente ao homem das regiões subdesenvolvidas, realizar o seu ser. Ora, “o que é preciso fazer”, neste segundo caso, não consiste em outra coisa senão em modificar materialmente a circunstância onde subsiste, ou seja, em promover o desenvolvimento nacional (1960a, p. 65).

Porém, qualquer atitude que se mostre crítica no sentido de mudar a realidade vigente em um país subdesenvolvido, é negada pela ideia dominante de naturalizar as contradições existentes como partes antinômicas de transformação. Neste impasse, categorias não se tornam inteligíveis por não se desenvolverem em sua universalidade – o pensar e o real como síntese.

Um exemplo claro de barreira epistemológica nas ciências sociais, é a *Teoria das Vantagens Comparativas* do economista David Ricardo.⁸ Aqui, o teórico inglês afirmava – com boas intenções, claro – que um país deve se especializar em bens que já

⁸ Sobre a *teoria das vantagens comparativas*: “A vantagem comparativa refere-se à capacidade de um país produzir determinado bem com um custo de oportunidade menor em relação a outro bem em comparação com outros países. Em outras palavras, um país tem uma vantagem comparativa na produção de um bem se ele puder produzi-lo a um custo de oportunidade menor do que outros países.” (GALA, 2024).

possui uma vantagem no mercado global. Porém, essa teoria se converteu no século XX em ideologia pelos imperialistas que a trazem como pressuposto científico, para negar a transformação da realidade do Sul Global. Afirmam que os países subdesenvolvidos devem se especializar em exportar *commodities*, como sempre foi. Não gerando impactos na renda nacional e, conseqüentemente, não modificando a realidade.

Para Vieira Pinto, a nação como projeto, deve ser deliberada pela vontade de seu povo, que é aquele que constrói e edifica a existência humana: o trabalhador. Aqui, se distância do viés fascistas e pseudonacionalistas que são pensadas e movidas pelo interesse de suas elites-aristocratas (1960b, p. 200).

Assim sendo, o fascismo é a expressão do imperialismo, por subjugar um ou mais povos e promover o objetivo da expansão territorial com objetivo colonialista e assentar as relações de produção em mão de obra escravizada ou análoga à escravidão. Mostra-se como contrário à consciência crítica, esta que elabora as categorias da soberania nacional em prol de sua população, buscando potencializar as forças produtivas, por meio da industrialização, e elevando a qualidade social da vida humana.

Aqui há um ponto importante, para Vieira Pinto, o próprio conceito de industrialização, pensado por Hegel, indica que o processo de desenvolvimento industrial está acompanhado pelo progresso racional (PINTO, 1961). Logo, a industrialização é a forma manifestada do ato do trabalho que transforma a realidade.

No período moderno-contemporâneo, a industrialização se tornou um ponto-chave para o desenvolvimento da soberania nacional. Toda a dinâmica e mudança na estrutura das forças produtivas eleva modificações nas relações sociais de produção, em benefício à emancipação humana.

Como a nação é um *vir-a-ser*, é necessário deliberar quais tipos de indústrias devem ser potencializados para que tragam utilidades à sociedade. Isso significa que, em uma realidade concreta e determinada, os agentes transformadores do real devem ser desenvolvidos até o seu esgotamento e, posteriormente, sucedidos por outras formas. Por isso, a nação é um *vir-a-ser*.

Um exemplo está nas revoluções industriais: a primeira, baseada na manufatura têxtil; a segunda, marcada pela indústria pesada e pela eletricidade; a terceira, pela automação e pela informática. Atualmente, vivemos a quarta revolução, caracterizada pela chamada Indústria 4.0. Isso demonstra que novas formas industriais surgem e se esgotam, sendo necessário que sejam substituídas por outras. Para que isso ocorra, é

preciso superar a vontade de grupos seletos, mais interessados no acúmulo do que na socialização do excedente.

É evidente que, nesse processo, as contradições tendem a se intensificar com o avanço da história. Imperialismo e nacionalismo, duas vertentes contrárias, entram em choque: de um lado, o imperialismo busca manter o *status quo* das (neo)colônias como exportadoras de commodities; de outro, a nação recorre ao ato de deliberar em favor de seu povo. Nesse sentido, o ato de deliberar sobre o real é concebido de maneira dialética entre o real e o pensar. O pensar, que emana da base material, confere inteligibilidade aos conceitos, projeta possibilidades e transforma o real (o ser).

A tal relação entre o pensar e o real, como já afirmava Parmênides (2002, B3, grifo nosso), há mais de dois mil anos: “pois o mesmo é *pensar e ser*”.

VI. Considerações finais

Conclui-se, portanto, que a nação, para Vieira Pinto e para o Sul Global, não é um fato consumado, mas um vir-a-ser. Ela é a manifestação de um projeto coletivo que busca superar a condição de subdesenvolvimento, que não é apenas um estado econômico, mas uma forma de desumanismo. A luta pela nação é, em última instância, uma luta pela plena realização do ser humano.

Enquanto persistir a contradição que define a existência do Sul Global (a luta contra as diversas formas de dominação neocolonial) a categoria nacionalidade não será um resquício do passado, mas uma exigência do presente e uma promessa de futuro. O ato de construir a nação, através do trabalho e da consciência, confirma a intuição filosófica mais antiga: para os povos que ainda lutam para se afirmar no mundo, pensar a nação é a condição indispensável para um dia, plenamente, sê-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DALPIAZ, Gabriel Luiz Campos. A importância atual da categoria de nacionalidade pensada pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto. *Artigos da Tribuna do 16º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)*. 2025. Disponível em: <https://pcdob.org.br/2025/08/a-importancia-atual-da-categoria-de-nacionalidade-pensada-pelo-filosofo-alvaro-vieira-pinto/>

- GALA, Paulo. A ideia de vantagens comparativas de David Ricardo. *Blog Paula Gala*. 29 out. 2024. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/a-ideia-de-vantagens-comparativas-de-david-ricardo/>
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. 9. ed. Petrópolis; Bragança Paulista: Vozes; Editora Universitária São Francisco, 2014.
- PARMÊNIDES. *Da Natureza*. Tradução do Professor Dr. José Gabriel Trindade Santos. Primeira edição, Loyola, São Paulo, Brasil, 2002.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960a. v. 1.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional: a consciência crítica*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960b. v. 2.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960c.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Anotações sobre Hegel*. Marxists. 1961. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/pinto/index.htm>
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PLATO. Parmenides. In: JOHN, M. Cooper (Org.). *Plato: complete works*. Hackett Publishing Company: Indianapolis/Cambridge, 1997, p. 359-398.
- RANGEL, Ignácio de Mourão. Dualidade e “escravismo colonial” (1978). In: BENJAMIN, César (Org.). *Ignácio Rangel: obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1978] 2005. v. 2, p. 623-635.
- VIEIRA, Fernando Antonio da C.; MAUREY, Andrei; ARAÚJO, Thiago. Marcas do que se foi: ufanismo e propaganda na ditadura no Brasil. *Entropia*, v. 7, n. 14, p. 172-201, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.52765/entropia.v7i14.493>